

**Marcelo Mac Cord**

**Título: Movimentos Sociais e Espaços Religiosos: a Praieira e o Rosário dos Pretos Recife, 1848/1849**

**Resumo:** Apresentaremos junto ao CEO um dos resultados da nossa dissertação de mestrado. Defendida na Unicamp, sob orientação de Silvia Hunold Lara e financiada pela Fapesp, foi aprovada com distinção e louvor. Recentemente, recebeu a primeira menção honrosa do Concurso Silvio Romero, promovido pela Coordenação e Folclore e Cultura Popular da Funarte.

Apontaremos, aqui, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Santo Antônio do Recife participou ativamente das demandas políticas da Praieira. Foi bastante explorada a participação das classes populares no referido movimento social. Conseguimos rastrear como as disputas entre os confrades do Rosário foram fundamentais para a construção de tensas redes com grupos hegemônicos das elites políticas provinciais.

Os conflitos de poder entre os grupos confraternais encontraram, nos debates entre Guabirus e Praieiros, um precioso espaço para potencializar suas contendas. Finalmente, na nossa pesquisa, percebemos que é muito difícil afirmar uma homogeneidade entre os *de baixo* da pirâmide social ou a simples manipulação dos *de cima* de acordo com suas estratégias e interesses.

**Professor Ricardo Salles - . Uni-Rio, FERP, UERJ-São Gonçalo.**

**Título: Protagonismo social do escravo em Vassouras - 1850-1870.**

**Resumo:** O trabalho visa identificar as transformações ocorridas na relação de forças entre escravos e senhores na região de Vassouras após a extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850, e suas consequências em termos de conquista de direitos e ampliação de espaços por parte da população cativa em uma região central na configuração econômica e de poder do escravismo brasileiro no século XIX.

OBS: Esta pesquisa está sendo desenvolvida na região de Vassouras. Através informações colhidas em inventários, está sendo montando um banco de dados sobre população escrava, já com 25.000 indivíduos para o período 1845-1880.

**Sonia Maria de Souza**

**Título: A presença camponesa em uma região de uma economia agroexportadora - Juiz de Fora (1870-1888)**

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar a presença de um campesinato no município de Juiz de Fora, região que se caracterizou pela economia da agroexportação cafeeira. Utilizando fontes como inventários *post-mortem*, listas nominativas de população e escrituras de compra e venda de terras, procura demonstrar sua tentativa em estabelecer-se na região como um grupo autônomo.

**Patrícia Ramos Geremias - Mestranda ; Orientadora: Profa. Dra. Hebe Maria Mattos  
- Universidade Federal Fluminense. - Agência de Fomento: CAPES**

**Título: Ser ingênuo em Desterro/SC: Infância e trabalho compulsório em fins do século XIX.**

**Resumo:** A lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871 criou no Brasil uma nova condição social para os filhos „livres% das mulheres escravas ao conceder-lhes a liberdade sob a condição da prestação de serviços aos senhores de suas mães. Tal norma jurídica teve como um de seus objetivos principais dar um encaminhamento gradual para a abolição da escravidão no país. Suas implicações, no entanto, se mostraram bem mais complexas para as populações de origem africana que se viram envolvidas neste processo, em especial para crianças que viveram sob a tutela dos senhores de suas mães o que na prática significou viver durante muito tempo entre a escravidão e a liberdade. A possibilidade de acompanhar algumas das experiências destas crianças se deve a um conjunto de fontes que vem sendo muito pouco explorado pela historiografia brasileira no que se refere aos filhos „livres% das mulheres cativas. É este o objetivo do presente trabalho: acompanhar através de processos de tutoria, registros de batismo, inventários post-mortem, ofícios de chefe de polícia para juiz de órfãos, entre outras fontes as experiências vivenciadas por estas crianças em fins do século XIX em Desterro/SC. Experiências estas que envolveram trabalho compulsório, maus tratos, longos conflitos judiciais e uma luta constante pela conquista da liberdade.

**Carlos Augusto de Castro Bastos - Mestrando; Orientadora: Hebe Mattos.  
Título: Recusando a Ordem: desertores no Grão-Pará em meados do XIX.**

**Resumo:** A Cabanagem, movimento político-social ocorrido na Província do Grão-Pará entre os anos de 1835 a 1840, afetou a ordem então vigente na região, representando também uma ameaça à estabilidade do Império. Para que as autoridades locais tentassem impor novamente a ordem, uma das medidas adotadas foi a repressão militar à revolta, efetivando-se para isso recrutamentos de homens para tropas de linha legalistas. No entanto, tal política não deixou de sofrer ações de oposição por parte dos sujeitos recrutados, sendo as deserções uma forma de contestação ao serviço militar e à ordem política que se buscava efetivar no Grão-Pará. Este trabalho analisa as deserções militares ocorridas no Grão-Pará desde os anos de combate à Cabanagem até a década de 1850, momento apontado pela historiografia como de consolidação do Estado Imperial. Objetivava-se compreender as motivações para as deserções de soldados, além das teias sociais construídas pelos desertores em suas fugas, utilizando-se como fontes os ofícios de autoridades militares da Província.

**Nome: Nancy Rita Sento Sé de Assis Doutorado em Andamento - UFF; Orientadora:  
Hebe Mattos**

**Título: Honrado Império do Brasil. Honra, liberdade e escravidão no Recôncavo  
Baiano, 1822-1889.**

**Mônica Leme - Doutoranda** - Programa de Pós-Graduação em História da UFF/ Bolsista do CNPq. **Trabalho de Doutorado/ título provisório:** "A Música Popular Urbana no Rio de Janeiro do II Reinado: Matrizes Culturais, Práticas Musicais e o Diálogo entre Culturas".

**Orientação:** Prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves.

**Título:** "BATUQUE NA COZINHA? SINHÁ NUM QUÊ!" - **Identidade musical afro-carioca no oitocentos - Enviou texto completo de 10 páginas**

**Estágio da pesquisa:** início do 2º ano – créditos em disciplinas (seminários) cumpridos – levantamento de fontes primárias e secundárias iniciado – início de análise de fontes – elaboração de sumário hipotético – esboço de capítulo de tese.

**Resumo:** Utilizando um quadro teórico transdisciplinar, balizado pela visão de que "cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia" (Sahlins, 1990:180), a presente comunicação procura expor os resultados parciais da pesquisa de doutorado cujo título provisório é "A Música Popular Urbana no Rio de Janeiro do II Reinado: Matrizes Culturais, Práticas Musicais e o Diálogo entre Culturas". Procurando estabelecer um campo de abrangência para utilização do conceito "música popular" no oitocentos, o presente trabalho também constitui um esboço de capítulo para a tese final. Pretendemos discutir, nesse capítulo, a existência de uma identidade musical afro-carioca, tendo como pano de fundo os mais recentes debates sobre etnicidade. Esta comunicação é fruto das primeiras análises sobre as fontes levantadas.

**Elione Silva Guimarães - Doutoranda em História Moderna e Contemporânea –  
Linha de Pesquisa: Economia e Sociedade – Universidade Federal Fluminense – Sob  
a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Márcia Maria Menendes Motta - Professora e pesquisadora  
do Arquivo Histórico de Juiz de Fora/Diretoria de Política Social/Prefeitura de Juiz  
de Fora (MG)**

**Título: Leis, direitos e Justiça nas relações entre afrodescendentes e proprietários de  
terras - (Juiz de Fora – MG, 1850-1920)**

**Resumo:** Esta comunicação objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa que aborda a relação entre afrodescendentes e grandes proprietários fundiários na luta pela terra. Adotei uma metodologia de microanálise e persegui um grupo de pessoas que nasceram cativos, seguindo-os por alguns anos no pós-abolição, até a década de vinte do novecentos. Parte destes escravos foram alforriados em 1878 e tornaram-se proprietários de pequenos pedaços de terra — terras em comum com proprietários de diferentes situações econômicas. No final do século XIX e início do XX a valorização fundiária da região onde a propriedade estava localizada transformou-a em um espaço de tensão e conflitos. Através de um amplo conjunto de fontes acompanhei os embates transcorridos na justiça, tomando conhecimento das batalhas jurídicas travadas entre grandes proprietários agrícolas e afrodescendentes, mediadas por causídicos, juízes e demais operadores do direito.

**Elione Silva Guimarães - Doutoranda História Moderna e Contemporânea – Linha de Pesquisa: Economia e Sociedade – Universidade Federal Fluminense —** Sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Márcia Maria Menendes Motta - Professora e pesquisadora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora/Diretoria de Política Social/Prefeitura de Juiz de Fora (MG)

**Título: NEGROS REBELDES — Movimentos sociais de cativos nos últimos anos da escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais (Juiz de Fora)**

**Resumo:** A historiografia brasileira, principalmente a que se dedica ao estudo sobre o sudeste escravista, apresenta as últimas décadas da escravidão marcada por tensões e conflitos de ordem diversa, especialmente, por um intenso movimento social de cativos, manifesto em fugas em massa, escravos assassinando seus senhores e os prepostos destes e abandonando as fazendas onde serviam. No período em foco, Minas não apenas representava uma das principais economias do Brasil como também possuía o maior contingente de cativos do Império. É meu objetivo oferecer uma contribuição a esta questão para Minas Gerais. Para realizar meu objetivo restringi-me ao principal município cafeeiro e que concentrou a maior população de cativos da Zona da Mata Mineira, refiro-me ao município de Juiz de Fora. As questões aqui priorizadas objetivam compreender como senhores, os cativos e a sociedade juizforana em geral, viveram os anos finais do escravismo. Interessa-me abordar, principalmente, os movimentos sociais dos “negros rebeldes”, isto é, as formas de resistência ativa dos cativos ao sistema escravista em seus estertores.

**Antônio Henrique Duarte Lacerda- Mestre em História Moderna e Contemporânea –  
Linha de Pesquisa: Economia e Sociedade – Universidade Federal Fluminense — Sob  
a orientação do Prof. Dr Carlos Gabriel Guimarães**

**Diretor do Arquivo Histórico de Juiz de Fora/Diretoria de Política**

**Título: TIPOLOGIA DAS ALFORRIAS EM JUIZ DE FORA - (Minas Gerais, século  
XIX)**

**Resumo:** Este texto tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada a cerca das tipologias das cartas de alforrias concedidas por senhores a seus cativos e que foram registradas nos Livros de Notas Cartoriais. O município privilegiado para averiguação foi Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Durante a segunda metade do século XIX, Juiz de Fora se destacou por ser o maior produtor de café das Gerais. O município concentrou uma população mancipia que chegou a pouco mais de 20.000 indivíduos. Além das fontes notariais, utilizei alguns inventários post-mortem e processos criminais. Foram analisadas 744 cartas de liberdade, concedidas entre os anos de 1844-88.

**Adriana Barreto de Souza - Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social – IFCS/ UFRJ**

**Título da tese: Caxias e o Império Brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política**

**Título: Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar**

**Resumo:** Recolhidas as tropas que em 15 de novembro haviam proclamado a república, tinha início nos principais jornais do país um outro evento não menos importante: a batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos. No centro desses embates estavam os atores principais do movimento. Não podia ser diferente. Afinal, a definição do papel de cada um deles implicava também na escolha de um projeto republicano específico. O objetivo deste trabalho é examinar o processo de instituição de cultos ao general Osório e ao duque de Caxias nas primeiras décadas do novo regime como uma estratégia de legitimação de projetos distintos de república pela incorporação e definição das formas de participação dos militares na política.

**Prof. Dra. Silvia Maria Jardim Brügger - Universidade Federal de São João del Rei  
Trabalho: Relações Familiares em Minas Gerais (São João del Rei, séculos XVIII e XIX).**

**Resumo:** Nesta comunicação, analiso a importância das relações familiares em Minas Gerais, no século XVIII e primeira metade do XIX. A partir de dados demográficos sobre a região de São João del Rei, abordo mudanças ocorridas ao longo do período, tais como variações dos índices de legitimidade, idades matrimoniais, exposição de crianças etc. Procuro analisar as alterações observadas à luz das transformações socioeconômicas pelas quais passou a região.

**Prof. Marcos Ferreira de Andrade - Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense**

**Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus de Campanha**

**Resumo:** Nesta comunicação, procuro discutir a Revolta de Carrancas, uma importante rebelião de escravos, ainda pouco conhecida pela historiografia, que ocorreu na Província de Minas Gerais. A revolta eclodiu no dia 13 de maio de 1833, na Freguesia de Carrancas, curato de São Tomé das Letras, nas propriedades da família Junqueira, envolvendo dezenas de escravos, com conseqüências funestas para ambos os lados. Merecem destaque a variada composição étnica dos envolvidos e o caráter exemplar das penas aplicadas aos rebeldes. A grande maioria dos escravos era procedente da África Central (cassanges, angolas, benguelas, congos), falantes de banto, geralmente considerados pela historiografia menos afeitos a revoltas, diferente dos escravos "minas" ou "nagôs". Outro aspecto importante a salientar é que a Revolta de Carrancas pode ter sido a precursora da lei de 10 de junho de 1835, que estabeleceu a pena de morte para os escravos rebeldes. A gênese dessa lei está relacionada ao projeto enviado pela Regência à Câmara dos Deputados, um mês após aos acontecimentos de Carrancas, que já previa a pena de morte para escravos envolvidos em insurreições ou delitos contra seus senhores e descendentes.

**Profa. Dra. Ivana Stolze Lima - Doutora em História (UFF). Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa. Professora de História PUC-Rio.**

**Título: Intriga de cores. Os pasquins e a linguagem racial da política no Rio de Janeiro, 1831-1833**

**Resumo** As lutas em torno da identidade e da cidadania, que ganharam forma na imprensa dos primeiros anos da Regência, e foram experienciadas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro por diferentes segmentos da população urbana, constituíram o que pode ser definido como uma linguagem racial da política. A partir de periódicos como O Brasileiro Pardo, O Homem de Cor, O Crioulinho, O Indígena do Brasil, O Filho da Terra, bem como a Aurora Fluminense, percebe-se uma interseção entre as ações políticas de determinados grupos que procuravam ser reconhecidos como cidadãos, a construção das identidades e as práticas da escrita reveladas pela multifacetada, polifônica e fértil imprensa do período.

**Erika Bastos Arantes - Mestranda da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - orientadora - Maria Clementina Pereira da Cunha (da linha de História Social da Cultura), bolsista da Fapesp.**

**Título: Negros do Porto: cultura e trabalho no porto do Rio de Janeiro da virada do século XIX para XX - Projeto com alguns resultados**

**Resumo:** Os negros, desde os tempos da escravidão, encontraram no porto um ambiente propício ao trabalho. O serviço, por ser dinamizado, em maior parte, através da mão de obra avulsa, fazia do porto um local privilegiado onde escravos de ganho poderiam conseguir o jornal do senhor. Mesmo depois da abolição e com as políticas imigrantistas que favoreciam o trabalho do imigrante, os negros continuaram dominando o cenário do cais. Essa comunicação propõe apresentar os resultados parciais de uma pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores negros do porto do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República, articulando os trabalhadores do porto com a região em que estavam inseridos – a Zona Portuária, local que ficou conhecida posteriormente pela bibliografia por *Pequena África*. O trabalho vai abordar, para além do ambiente de trabalho, outros espaços de sociabilidade, como as habitações, as associações de lazer, as praças e as ruas

**Profa. Dra. Gizlene Neder - Professora do Departamento de História da UFF, Coordenadora do Laboratório Cidade e Poder - \*Este trabalho insere-se em projeto integrado de pesquisa intitulado *Assistência, Abandono, Repressão e Função Parental do Estado*. Conta com o apoio da FAPERJ (Bolsistas de IC e de Apoio Técnico) e do PIBIC/UFF-CNPq.**

**Título: Autoridade e Justiça Social no Pensamento Político Brasileiro: entre o dever e a caridade.**

**Resumo:** Neste trabalho enfocamos a história da idéia de autoridade presente nas instituições políticas periféricas do Estado na passagem à modernidade no Brasil, entre os séculos XIX e XX. Analisamos o processo de estruturação político-institucional do Estado, levando em conta as preocupações e as ações políticas para o desempenho da autoridade pública, em relação aos órfãos, às viúvas, aos presos, aos alienados, aos velhos, aos mendigos, aos indigentes. Interpretamos as ideologias que, sob o emblema da justiça social, informam e dão suporte doutrinário às múltiplas tecnologias de controle social empreendidas para assistir, para reprimir, confinar, ou simplesmente abandonar a parte vulnerável da sociedade brasileira. Trabalhamos o pensamento político de autoridades dirigentes de algumas instituições, cujo poder decisório contingente movimentava o campo político (ministros, diretores de asilos ou de penitenciárias, juizes, policiais). O estudo do pensamento destes ideólogos do terceiro/quarto escalão da estrutura administrativa do Estado brasileiro tem como objetivo identificar aspectos da cultura política nas formas de conceber, instituir e investir de autoridade o servidor público. Objetiva, também, descrever e interpretar a dinâmica, pendular e contraditória, do processo de sacralização/secularização do poder na sociedade brasileira, pontuada pelas opções entre a caridade e o dever. Para tanto, estamos compulsando uma fonte documental rica e variada (despachos de juizes em processos judiciais – cíveis e criminais -, ofícios e relatórios de ministros, de diretores de asilo, de presídios, de orfanatos, etc.).

**Cristiano Lima da Silva - Mestrando - Orientador Profa. Dra. Sheila de Castro Faria**  
**Título: Alforria na pia batismal: ritual de salvação da alma e libertação do corpo -**  
**São João del-Rei (1751 a 1850) - resultado parcial de pesquisa de Mestrado.**

**Resumo:** A Igreja Católica define o batismo como principal sacramento que deveria ser praticado por todos, livres ou escravos. Tão logo nascia, a criança deveria ser batizada na sua paróquia de origem<sup>1</sup>. Consultando os assentos de batismos da Matriz de N. S. do Pilar de São João del-Rei<sup>2</sup>, constatei que 318 crianças foram alforriadas na pia batismal, correspondendo 2,17% dos sacramentos realizados no período de 1751 a 1850<sup>3</sup>. Quais motivos levavam um senhor libertar o filho de uma escrava no dia do seu batizado? Que significados teria alforriar crianças no batismo? Qual o papel dos pais nessa conquista? Como os padrinhos poderiam contribuir na conquista da liberdade de seus afilhados? As redes de solidariedades estabelecidas através do compadrio, além de criar e/ou reforçar vínculos parentais e espirituais, algumas vezes contribuíram para que filhos de cativas alcançassem, ao mesmo tempo, a salvação da alma e a liberdade do corpo no dia de seus batismos.

---

<sup>1</sup> Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Livro primeiro, Título XI. Coimbra: Real Colégio das Artes da Cia. De Jesus, 1720. Principal legislação eclesiástica do Brasil colonial, aplicando à América portuguesa as determinações do Concílio de Trento. Foram publicadas em carta pastoral de 21 de julho de 1707 e impressas em Lisboa, no ano de 1719. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *Constituições Sinodais*. IN: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 200. p. 145.

<sup>2</sup> As informações coletadas nos registros de batismo de São João del-Rei encontram-se num banco de dados. Agradeço as professoras Maria Leônia de Resende, Maria Tereza Cardoso e Sílvia Maria Jardim Brügger, por me disponibilizarem esse material.

<sup>3</sup> SILVA, Cristiano Lima da. *Alforria na Pia Batismal em São João del-Rei (1751-1850)*. Monografia de Especialização. São João del-Rei: UFSJ, 2001.

**Profa. Dra. Ana Maria Nogueira - Professora Substituta UERJ-S.Gonçalo**

**Título: A reconstrução da portugalidade nas comunidades luso descendentes - extraída de Tese de Doutorado defendida em fevereiro de 2003, junto ao Programa de Pós-Graduação da UFF, sob orientação da Profa. Dra. Hebe Mattos.**

**Resumo:** As formas escolhidas por uma coletividade para pensar suas origens, para elaborar o conceito de nacionalidade, variam de acordo com as circunstâncias em que são produzidas; serve para organizar e mobilizar a comunidade em torno de determinados objetivos. Procuramos entender as continuidades e rupturas entre as primeiras manifestações desta elaboração em Portugal e seus desdobramentos atuais no discurso das comunidades portuguesas na diáspora. O argumento é que essas 'comunidades imaginadas', apesar de terem como modelo a idéia de nação que se construiu em Portugal a partir de fins do século XIX, deram a ela um caráter particular, que escapou ao que se pode chamar de projeto original. O resultado dessas dinâmicas internas foi uma reinterpretação da mitologia portuguesa.

**Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata**

**TÍTULO: Sociabilidade maçônica e cultura ilustrada na América Portuguesa (1790-1822) - extraído da tese de Doutorado defendida em julho/2002 junto ao programa de pós-graduação da Unicamp, sob orientação da Profa. Celia M. Azevedo.**

**Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**

**RESUMO:** O objetivo desta comunicação é analisar a inserção da sociabilidade maçônica na América Portuguesa, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o século XIX, procurando identificar: as motivações em torno do pertencimento à maçonaria e as conexões existentes entre os maçons dos dois lados do Atlântico. Tais questões visam compreender como a sociabilidade proporcionada pelas lojas maçônicas acabou por contribuir para a construção de uma cultura política marcada pela prática do debate, da crítica e da representação, fundamental para o entendimento do período anterior à Independência.

**Profa. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães - Vínculo Institucional: Departamento de História (UERJ)**

**Título: A Maçonaria da Honra. Resumo**

Resumo: A comunicação pretende examinar o papel desempenhado pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, fundado no Rio de Janeiro em 1843, discutindo sua inserção no panorama político, social e cultural do Império. Por conseguinte, em última análise, trata-se de identificar de que modo, na prática, o Instituto dos Advogados Brasileiros chamou para si a tarefa de contribuir para regularizar o serviço da administração da justiça e completar a organização do Poder Judiciário, num país recém independente, carente de unidade política e detentor de uma herança colonial desagregadora, segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda.

**Fabiana Cardoso Malha Rodrigues**

**Título: Algumas reflexões acerca do imaginário jurídico a partir da “Revista dos Tribunaes”**

**Instituição: UFF – Aluna do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História. Orientadora. Gislene Neder**

**Resumo:** A partir de um conjunto selecionado de artigos publicados na “Revista dos Tribunaes”, desde o ano de sua fundação, em 1912, até 1916 que buscamos realizar uma análise de conteúdo do imaginário jurídico brasileiro.

Também é nosso interesse realizar uma ponte entre a conjuntura do período e algumas questões que nos servem como fio condutor para realização desse trabalho. Para isso fechamos o foco nas discussões do campo jurídico que têm como eixo principal a condição feminina e o poder.

Investigamos, a partir de alguns estudos já desenvolvidos acerca da construção da idéia de indivíduo, como se dão, no campo jurídico, as discussões que envolvem diversos matizes da idéia de indivíduo feminino, tendo como pano de questões como disciplinamento e controle social.

Este trabalho está inserido em uma discussão mais ampla acerca do processo de criminalização feminina nos fins do século XIX e início do século XX que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* na UFF – Mestrado.

**Profª. Drª. Sylvia Lenz - Doutora pela Universidade Federal Fluminense; professora adjunta em História Moderna e Contemporânea da Universidade Estadual de Londrina.**

**Título: ALEMÃES RECÉM-CHEGADOS NO RIO DE JANEIRO: CÔNSULES, NEGOCIANTES, MERCENÁRIOS E ARTÍFICES\*** *Extraído da tese Brasil, Cidades Hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro, Niterói, UFF, 1999.*

**Resumo:** Após 1815, tão logo findaram as Guerras Napoleônicas e o comércio continental além-mar foi reativado, aportaram, no Rio de Janeiro, homens de negócios, diplomatas, soldados e artesãos oriundos da região norte da Liga Alemã. Dos primeiros imigrantes teutos, muitos eram negociantes vindos das cidades hanseáticas, assim como alguns prussianos interessados em ampliar o mercado para seus produtos manufaturados. Após a Independência, chegaram várias levas de mercenários e colonos, aliciados para servirem a D. Pedro I, formando o seu Exército Imperial. O restante, composto por artífices, alguns operários e artistas, imigraram com suas famílias; esperançosos de se dignificarem através do seu trabalho, num país escravocrata, bastante escasso de mão-de-obra qualificada.

**Jefferson J de Almeida Pinto**

**Mestrado/UFF - orientando Gislene Neder - Painel**

**Título: O cotidiano da pobreza em uma sociedade mineira em transformação –  
Município de Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**

**Resumo:** A partir de fontes ligadas à instituições periféricas de controle social – noticiário policial e de delegacias, relatórios da chefia de polícia, caridade pública – procuramos observar as mudanças no cotidiano dos pobres urbanos. Tomamos por contexto o processo de modernização a que a sociedade brasileira esteve submetida a partir da segunda metade do século XIX, onde se incluem ações sobre o espaço público não somente nos aspectos estéticos, mas também nos aspectos legais na tentativa de impor ordem na desordem. Tais fontes revelam uma sociedade ansiosa por uma ação sobre o grande número de ociosos que podem trabalhar e que vivem do abuso da caridade pública e do jogo sendo responsáveis por inúmeros problemas, combatidos por sua vez por um discurso em torno do trabalho, pela repressão policial e pela construção de abrigos que visavam segregar os antigos “pobres de cristo” dos vadios que não se inseriam no mercado.

**Francisco Eduardo Pinto –**

**Título: A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João del-Rei (1850-1873) - Dissertação de mestrado defendida na FAFICH/UFMG em 24 de março de 2003. Extrato de Dissertação de Mestrado defendida na UFMG.**

**Resumo:** A Guarda Nacional esteve presente na história do Brasil por um longo período. Os últimos estudos sobre ela são do início da década de 1980. Defendemos o importante papel que teve na construção da nacionalidade brasileira a partir de sua criação em 1831 até, pelo menos, o ano de 1873 quando foi praticamente reduzida a uma milícia de oficiais sem soldados. Estavam matriculados em seus corpos mais de setecentos mil homens nos primeiros anos da década de 1870. Estava formada em quase todos os municípios do Império, desde o Centro até ao mais recôndito sertão para onde levava o projeto político do Estado Imperial. O estudo do perfil dos seus matriculados em São João del-Rei, pode em muito contribuir para o conhecimento da instituição e da sociedade do terceiro quartel do Oitocentos, sobretudo se considerarmos a importância econômica e política da região que elegemos para pesquisa.

**Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira - Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação da História- Fafich/ UFMG;**

**Professora do IECMMB/ Faculdade ASA de Brumadinho**

**Título: Estratégias de enriquecimento nas fazendas escravistas de Minas Gerais/ Comarca do Rio das Mortes, Termo de São José. 1780-1850.**

**Resumo:** As fazendas escravistas tornaram-se objeto de pesquisa histórica com o movimento revisionista que repensou as tradicionais afirmações acerca da decadência mineira no século XIX. Contando com altos índices de população escrava, as atividades da agricultura mercantil e de abastecimento da Comarca do Rio das Mortes, exercidas a partir das fazendas escravistas apresentaram diversificado leque de estratégias de enriquecimento. Ao lado do resultado dos trabalhos com a lavoura alimentícia, negócios na corte, engenhos de aguardente e pilões, abertura de terras na fronteira, empréstimos a juros, a descrição dos bens nos inventários somavam a escravaria na composição do riqueza. Ela também se compunha de crianças avaliadas, o que pressupõe ser o nascimento de crianças cativas, ao lado de outras medidas, parte das estratégias de enriquecimento dos senhores escravistas.

Endereço: Rua Santo Antônio do Monte, 631/303. Santo Antônio, 30.330.220, Belo Horizonte.

**James William Goodwin Junior**

**FILIAÇÃO INSTITUCIONAL:**

**Professor da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – FAFIDIA, MG.**

**Professor do Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG.**

**Doutorando em História Social – USP (Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Capelato; CAPES)**

**TÍTULO DO TRABALHO: “A Imprensa como janela para as cidades – Diamantina e Juiz de Fora, 1880-1914”**

**RESUMO:** Estudar o papel desempenhado pelas elites intelectuais, através da imprensa, no processo de transformação da sociedade urbana brasileira na virada do século XIX. Analisar como os “homens de imprensa” difundem as noções de “civilização”, “progresso”, “civildade” em contextos urbanos que vivem conjunturas diferentes, como Diamantina e Juiz de Fora, pólos regionais de Minas Gerais. Enfocando temas como a urbanização, o progresso tecnológico, as regras sociais, a cultura e as relações de trabalho, tentar perceber como, a partir de conceitos comuns, estas elites criam discursos específicos para sua realidade local.

**Profa. Dra. Maria Tereza Pereira Cardoso - Universidade Federal de São João del Rei**

**Título: OS JUÍZES DE PAZ E OS TIGRES DA HIRCÂNIA NAS VILAS DEL-REI, COMARCA DO RIO DAS MORTES (1829-1850).**

**Resumo:** Este trabalho consiste no estudo da atuação dos juizes de paz das vilas Del-Rei, comarca do Rio das Mortes, no período entre 1829 e 1850. Eleitos para cada freguesia e capelas filiais curadas, com atribuições judiciais, administrativas e policiais e sem a exigência de formação específica, cabia-lhes promover a conciliação entre litigantes, com o propósito de desobstruir o Judiciário, agilizando causas que se alongavam em demasia. Entre suas atribuições constavam também a perseguição e prisão de criminosos, a interrogação de suspeitos e a dissolução de ajuntamentos de escravos e quilombos. Em consequência de sua atuação, essas autoridades deparavam-se com revoltas escravas, algumas das quais são objeto desta análise.

**Júlio Cláudio da Silva - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da NIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Título: O Negro na História do Pensamento Social Brasileiro: Arthur Ramos e o campo intelectual das décadas de 30 e 40 do século XX.**

**Resumo:** Faz parte de nossa proposta de estudo a análise da produção intelectual e das concepções de “cultura” e “raça” negra formuladas nas décadas de 1930 e 1940, — um novo momento de debate em torno da definição da noção de nação brasileira, no qual os intelectuais retomam a discussão do papel das culturas de origem africana como questão privilegiada. Nesse sentido, escolhemos como foco de análise a obra, o pensamento e a trajetória intelectual de Arthur Ramos, enfatizando principalmente o seu debate teórico com Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, a respeito das concepções de “cultura” e “raça” negra. Nossa opção se justifica por ter Arthur Ramos dedicado grande parte de sua trajetória intelectual à compreensão do papel das culturas de origem africana em formações sociais do Novo Mundo e, em particular, no Brasil.

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tania Brandão (UNIRIO – Escola de Teatro – PPGT) - graduada e licenciada em História (IFCS - UFRJ) e Doutora em História (IFCS - UFRJ). Leciono (e sou especialista em) História do Teatro Brasileiro, na UNIRIO, onde atualmente sou professora aposentada colaboradora.)**

**Título: Sistema teatral brasileiro: o longo século XIX**

**Resumo:** O teatro brasileiro só pode ser compreendido em sua dinâmica essencial se for considerada a idéia de *sistema teatral* – quer dizer, um emaranhado de relações sócio-institucionais que abrange a estruturação de uma classe teatral em comunhão com um público e em sintonia com mecanismos sociais de comunicação de massa. O *sistema teatral brasileiro* estruturou-se no século XIX sob a influência (e na dependência) da cena lusitana, em particular a lisboeta, sob cuja influência se manteve até meados do século XX. Do teatro português, o teatro brasileiro herdou a fragilidade da dramaturgia, a cena de hierarquia e convenções de origem francesa e o culto ao histrionismo e ao império do ator. Tais elementos, ainda que postos em questão a partir dos anos quarenta do século XX, eram dotados de tal força que ainda ecoam no palco nacional, constituindo o seu substrato mais verdadeiro.

**Luciana Marinho Batista (Mestranda em História Social na UFRJ / Bolsista Faperj)**

**Título: Além dos Seringais: as relações entre a agricultura e o extrativismo no Grão-Pará oitocentista, c.1850 – c.1870. - Orientador: Prof. Dr. João Fragoso**

**Resumo:** Nesta comunicação, a partir do uso de inventários *post-mortem*, Relatórios de Presidentes de Província, relatos de viajantes e do Censo de 1872, busca-se discutir o modo pelo qual a economia do Grão-Pará estava organizada durante os anos, *grosso modo*, de 1850-1870. Assim sendo, diferentemente da historiografia tradicional sobre o tema para a região, será apresentada uma maneira para se pensar a relação entre as atividades agrícolas e extrativas, a qual sugere a importância da agricultura durante os momentos iniciais de crescimento do negócio da borracha. As análises já desenvolvidas apontam, portanto, para a combinação do uso da mão-de-obra escrava negra, indígena e de livres pobres em geral, juntamente com a associação de atividades extrativas e de uma agricultura especialmente voltada para a subsistência e o mercado interno, como práticas corriqueiras no Grão-Pará durante o período privilegiado.

**Maria Fernanda Vieira Martins - Doutoranda em História  
Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
PPGHIS/UFRJ**

**Prof. orientador: Dr. João Luís Ribeiro Fragoso**

**Título: A elite política imperial:**

**Trajetórias, redes e relações de poder a partir do  
Conselho de Estado, 1841-1889**

**Resumo:** O trabalho pretende abordar as relações de poder que se estabeleceram entre as elites ao longo do período imperial, com base na análise do grupo reunido no segundo Conselho de Estado (1841-1889). A partir das trajetórias individuais, procurar-se-á reconstituir as redes de relações políticas e sociais, bem como as estratégias de alianças que se estabeleceram entre os conselheiros e os representantes dos poderes locais e das grandes oligarquias regionais, demonstrando em que medida o Estado Imperial e sua ação política ao longo do período resultam de uma relação dinâmica entre uma cultura política herdada ainda do período colonial e a premente necessidade, após a abdicação, de se reconstruir o poder central em novas bases, sob inspiração das idéias liberais.

**Valéria Alves Esteves Lima (PUC-Campinas)**

**ENTRE A HISTÓRIA E A ARTE: a contribuição de Debret para pensar o Brasil no início do Oitocentos.** Extrato do **Doutorado na UNICAMP-IFCH, sob a orientação do Prof. Dr. Robert Slenes-título da tese A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura", fevereiro de 2003.**

**Resumo:** Entre 1834 e 1839, Jean-Baptiste Debret (1768-1848) publica em Paris os três volumes da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, obra que iria se tornar um dos principais documentos a respeito do Brasil Oitocentista. Este trabalho tem a intenção de apresentar a obra de Debret não como uma fonte de informações objetivas e consistentes a respeito do país, mas a partir da ênfase na idéia de uma construção de "verdade" a seu respeito. A pretendida fidelidade do historiador aos fatos encontra, em Debret, o caminho do registro iconográfico. É a partir dele que o autor entende poder *salvar a verdade da mentira e do esquecimento*, segundo suas próprias palavras, fazendo juz à sua avaliação a respeito do Brasil como nação digna de pertencer às maiores do mundo.

**Álvaro Pereira do Nascimento**

**Título: Os sentidos do castigo: rupturas e permanências nas relações de trabalho da Armada.**

**Resumo:**Na historiografia, a punição através do castigo físico nas relações de trabalho está associada principalmente à experiência da escravidão. Independentemente da abolição do castigo físico em escravos, a punição corporal persistiu amparada por lei na Armada brasileira até o ano de 1910. Embora soe estranho, o castigo tinha seu espaço garantido na experiência das relações existentes entre os homens do mar, e somente após diversas mudanças começou a ser duramente questionado pelos marinheiros. Esta comunicação tem por finalidade discutir o castigo corporal na Marinha de Guerra, perscrutando os sentidos que o mesmo assumia para oficiais e marinheiros através de variadas fontes (processos criminais, ofícios trocados entre autoridades militares e literatura). Espera-se com isso contribuir para o estudo das relações de trabalho no pós-abolição, ao analisar as rupturas e permanências dos costumes e valores experimentados até então.

**Ana Carolina Eiras Coelho Soares - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e bolsista CAPES.**

**Título: Nos Caminhos da Pena de um Romancista Oitocentista: Diva, Lucíola e Senhora**

**Resumo:** José de Alencar foi romancista, dramaturgo, cronista, parlamentar e estadista do Império brasileiro. Em todas estas atividades a dimensão do político, entendida como o espaço de articulação do social e sua representação, esteve fortemente presente. Os romances urbanos classificados usualmente como meramente literários adquirem um caráter diferenciado, apresentando as evidências da articulação do momento histórico dos primórdios da modernização cultural e econômica do país com o papel atribuído à literatura de elemento pedagógico para as camadas dominantes, quando pretendia orientar seus leitores a respeito da melhor forma de absorver estes novos padrões emergentes. As representações do real instituídas nos romances de Alencar perpassaram sobretudo pelo direcionamento da conduta ou postura ideal, que ele definia como a melhor a ser adotada.

**ELAINE CRISTINA FERREIRA DUARTE**  
**MESTRANDA EM HISTÓRIA POLÍTICA – UERJ**

**Título: NAS ASAS DA CIÊNCIA.**

**ACADEMIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO MILITAR NO BRASIL IMPÉRIO**

**Resumo:** Segundo Jehovah Motta, na concepção de Rodrigo de Souza Coutinho, “um exército vale o que valem os seus oficiais, os seus comandantes”. Foi pautando-se nesse pensamento que o D. Rodrigo idealizou a Academia Real Militar, estabelecida na “corte e cidade do Rio de Janeiro” por carta régia em dezembro de 1810. Inaugurada no ano seguinte, a Academia Militar do Rio de Janeiro era um reflexo do espírito iluminista, o qual, no dizer de José Murilo de Carvalho, caracterizava-se pela fé no poder da ciência e na preocupação profundamente pragmática de aplicar os conhecimentos científicos a bem da nação. Dedicando-se aos estudos das ciências exatas, e de observação, assim como de todas aquelas que formam a Ciência Militar, a Academia Militar do Rio de Janeiro foi responsável pela formação de um novo tipo de militar, portador de uma nova cultura e de uma nova mentalidade como o presente texto pretende revelar.

**Lúcia Maria Cruz Garcia - Mestranda UERJ**

**Título: Livros e Imprensa em tempos de d. João.**

**Resumo:** A condição colonial a que se viu submetido o Brasil por tão longo tempo, constituiu-se como poderoso obstáculo ao advento da imprensa. O rígido controle metropolitano, por sua vez, que impedia a impressão de livros, obras ou papéis avulsos na colônia, dificultava, sobremaneira, qualquer iniciativa que se relacionasse à atividade tipográfica em terras tropicais.

Contudo, a chegada do Príncipe Regente d. João e de sua real família e, a posterior instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808, trouxe consigo, além de uma complexa estrutura burocrática, o incremento das Ciências, Letras e Artes, afinal, se a metrópole instalava-se na colônia, fazia-se então urgente, civilizar os trópicos. Analisaremos, portanto, nesta comunicação, a criação da Imprensa Régia e seu importante papel no que diz respeito à atividade tipográfica no Brasil.

**Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos P. Neves (UERJ) e Pesquisa financiada pelo CNPq. As professoras pertencem ao Departamento de História da UERJ e desenvolvem pesquisa integrada. profa. Dra. Tania Maria Bessone T. da Cruz Ferreira (UERJ) -**

*Título: BRASIL E PORTUGAL:*

*PERCEPÇÕES E IMAGENS AO LONGO DO SÉCULO XIX\**

**Resumo:** Percepções e imagens que portugueses e brasileiros construíram reciprocamente no decorrer do século XIX evidenciam os preconceitos e estereótipos a que os dois países recorreram para pensar a sua identidade e alteridade, revelando, assim, aspectos do cotidiano, dos costumes, das atividades de seus habitantes, filtrados pelas categorias intelectuais de cada observador, em que cada um, ao exagerar a deformação do outro, representava também a si próprio. Analisar tais representações sobre o Brasil e Portugal, ao longo do oitocentos, através de conjunturas distintas, em que repulsa e atração se alternavam, em função das relações diplomáticas entre as duas nações irmãs, é a proposta deste estudo. Pretende-se proceder a uma exploração da presença e da circulação de idéias vindas de fora, não só no interior da esfera do Estado, como no cotidiano da sociedade brasileira.

**Profa. Dra. Hebe Maria Mattos**

**Título: Lapidário de si mesmo. Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si - racialização e memória política no Brasil oitocentista.**

**Resumo:** Reflexão sobre o trabalho metodológico e analítico desenvolvido com base nos textos autobiográficos de Antônio Pereira Rebouças, em conjunto com Keila Grinberg, para livro organizado por Ângela de Castro Gomes sobre as fontes de memória (correspondências, diários e auto-biografias) e o trabalho do historiador.

**Prof. Dr. Ivan de Andrade Vellasco – Universidade Federal de São João del Rei**

**Título: A clientela da ordem: os usos sociais da justiça em uma comarca de Minas Gerais no século XIX**

**Resumo:** Através da análise da documentação judiciária da comarca do Rio das Mortes o trabalho busca analisar as complexas interações entre a máquina judiciária e os diferentes grupos sociais ao longo do século. A hipótese trabalhada é a de que o judiciário ter-se-ia constituído em um locus privilegiado do processo de negociação da ordem e afirmação do poder público como um espaço de mediação das relações sociais. Representantes dos mais diversos estratos sociais, demandavam a ação da justiça buscando a efetivação de direitos formalmente garantidos. Por mais limitadas e exíguas que possam ter sido as possibilidades de fazer valer o preceito da igualdade diante da lei, através do recurso à justiça foi experimentado e potencializado, pelos homens e mulheres comuns, a ativação dos direitos civis numa sociedade que se desenhava concomitante à emergência do Estado.

**Maurício Zeni, doutorando de história na UFF. O tema que é parte de minha pesquisa e será apresentado na qualificação "INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS CEGOS NO BRASIL: ENTRE DISCURSOS E AÇÕES".**

**RESUMO:** A introdução da educação dos cegos no Brasil se deveu aos esforços do cego José Álvares de Azevedo, que estudara em Paris, e do médico José Francisco Xavier Sigaud. De início, os trâmites foram lentos, mas tomaram forte impulso com a chegada ao gabinete ministerial de Couto Ferraz como ministro do império. Xavier Sigaud manifestou-se em várias oportunidades preocupado com a verdadeira aceitação desta educação o que fica patente em seu discurso proferido na instalação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 17 de setembro de 1854.

**Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa – Departamento de História UFJF**

**A Sphinge Monárquica: O Poder Moderador na Política Imperial**

**Resumo:** "O poder moderador, ou a política monárquica de maneira geral, foi durante a segunda metade do século XIX comparado ao mito da esfinge – que devora aqueles que não conseguem decifrar seus enigmas. O objetivo desta comunicação é apresentar alguns destes "enigmas", que fizeram parte de minha tese de doutorado, defendida em dezembro de 2001 no Departamento de História da Unicamp. Será apresentado um resumo dos principais temas debatidos em panfletos e jornais publicados na Corte e uma análise das transformações sofridas pela imagem deste quarto poder durante o reinado de D. Pedro II." ( Trabalho é parte de tese de doutorado defendida em 2001 na UNICAMP)

**Marcos Lobato Martins**

**FILIAÇÃO INSTITUCIONAL:**

**Professor da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – FAFIDIA, MG.**

**Professor da Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo – FCHPL, MG.**

**Doutorando em História Econômica – USP (Orientador: Prof. Dr. Antônio Penalves Rocha)**

**Título: “Os negócios do diamante: a mineração em Diamantina entre o fim da Real Extração e a crise internacional de preços (1830-1870)”**

**RESUMO:** A pesquisa examina o processo de reorganização da atividade mineradora no Alto Jequitinhonha após o esgotamento do regime de monopólio estatal, representado pela Real Extração, enfatizando as novas estratégias dos empresários da mineração e suas reações às mudanças legislativas e da situação do mercado internacional de pedras. Aborda também as transformações técnicas do garimpo, como também a modificação no perfil da mão de obra, que passa a ser cada vez mais composta por trabalhadores livres, ao mesmo tempo em que se realiza a concentração das terras minerais e de capital.

**Nome:** Fernando Franco Netto

**Filiação Institucional:** Professor Assistente, Departamento de Economia, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná- Unicentro. Aluno regular do curso de Pós-Graduação, nível doutorado, Universidade Federal do Paraná, curso de História.

**Orientador:** Prof.Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

**Título do trabalho:** Algumas características da estrutura de posse de escravos e a hipótese do ciclo de vida. Guarapuava século XIX.

**Estágio da Pesquisa:** Alguns artigos já publicados relacionados com a pesquisa de doutorado, e atual pesquisa apresenta alguns resultados escritos em forma de artigo.

**Resumo:** Na presente pesquisa, pretende-se avaliar algumas características da estrutura de posse de escravos, a partir das listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840, período este considerado como de ocupação da região, permitindo assim a migração de uma população caracterizada como de militares e de proprietários de escravos com condições de desenvolverem as atividades da pecuária, além de pequenos lavradores e agregados e de poucos comerciantes. Além disto, estaremos preocupados em observar alguns elementos característicos dos proprietários de cativos, observando sua trajetória de vida, a fim de avaliar como eles possuíam cativos durante a evolução de suas vidas, conforme progrediam em suas atividades econômicas. Finalmente, procuramos cruzar essas mesmas características, para determinados escravistas, quando de sua morte, através dos inventários *post-mortem*. A posse média de escravos demonstra a tendência de aumento na propriedade de cativos à medida que a idade dos proprietários aumentava, dando condições para que possamos levantar a hipótese do ciclo de vida. Portanto, estaremos preocupados em estudar a evolução da propriedade e de como a hipótese do ciclo de vida faz-nos compreender melhor a composição da riqueza em cativos.

**Palavras-chaves:** Posse de escravos, Ciclo de vida, Riqueza, Atividade econômica.

**Lená Medeiros de Menezes - UERJ-Professora Titular de História Moderna e Contemporânea do departamento de História da UERJ; Doutora em História Social pela USP; Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em História Política. FRANCESES [AS] NO RIO DE JANEIRO: A REINVENÇÃO DO RIO DE JANEIRO [1816-1822]**

**Resumo:** Primeiros resultados de uma pesquisa em desenvolvimento, a comunicação busca discutir a dialética estabelecida entre as práticas e as representações, a partir da análise dos primórdios do comércio francês na cidade do Rio de Janeiro, utilizando como fontes os anúncios classificados publicados na *Gazeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*. Com base nessa análise, o trabalho pretende demonstrar de que forma a *attirance* brasileira com relação à cultura francesa encontrou no comércio varejista uma base material de sustentação. Não só com relação à Corte e às elites, quanto por parte daqueles que foram levados a sonhar com a possibilidade de promoção social a partir de um olhar que passava a mirar o futuro e o mundo “civilizado” que se anunciava por trás de novos produtos, de novos objetos, de novos usos e de novos costumes.

**Nome: Clemente Gentil Penna**

**Vínculo Institucional: Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da UFSC (2º ano) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina**

**Orientadora: Profª. Dra. Beatriz Gallotti Mamigoniam**

**Linha de Pesquisa: Trabalhadores: experiências, solidariedades e conflitos**

**Financiamento: Bolsa CAPES**

**Título.** "Como se meu escravo fosse": o movimento abolicionista e as novas relações de trabalho em Desterro/SC (1871-1888)

Resumo: O objetivo desta comunicação é a análise das cartas de alforria onerosas e contratos de locação de serviços buscando com isso obter uma melhor compreensão em torno dos libertos sob condição, ou statuliber e seus senhores ou patronos e as maneiras pelas quais esta ambígua condição jurídica implicou em perceptíveis modificações nas relações de trabalho em Desterro/SC durante a última década da escravidão. Uma análise em torno das alforrias condicionais e contratos de locação de serviços nos tem possibilitado também, perceber as maneiras pelas quais se desenvolveu o processo de abolição e o movimento Abolicionista em Desterro (antiga Florianópolis), desvendando alguns mitos, como o da benevolência e humanidade dos senhores locais, em torno dos quais a maioria dos trabalhos sobre o tema tem se pautado.

**DEIVY FERREIRA CARNEIRO - PPGHIS – MESTRADO - INSTITUTO DE  
FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - ORIENTADOR: MARCOS LUIZ BRETAS  
Título: “TRANSCRIÇÕES PÚBLICAS E OCULTAS: a resistência alemã na Colônia  
D. Pedro II em Dezembro de 1858”**

**Resumo:** A presente comunicação tem por objetivo central compreender o significado histórico de uma “tentativa de sublevação” fomentada por alguns colonos germânicos, moradores da Colônia D. Pedro II, situada nos arredores de Juiz de Fora. Perceberemos de que forma esta “revolta” (que não chegou a ocorrer) se situa em relação ao contexto em que essas pessoas viviam e em relação ao conflituoso processo de imigração. Em outras palavras, pretendemos entender mais especificamente as relações entre o discurso, a resistência e a subordinação; apreender como colonos alemães pobres e os “poderosos” (representados pelo diretor da colônia e pelo presidente da Companhia) interpretavam e vivenciavam as mudanças, como falavam uns dos outros na ausência destes e como estas representações divergiam das falas e dos atos na interação entre estes grupos.

**Gladys Sabina Ribeiro - Professora do Departamento de História da UFF; Pesquisadora Associada CEMI/PRONEX - UNICAMP / CNPq; bolsista de produtividade do CNPq e membro do PPRLB**

**Título: Desenlaces no Brasil pós-colonial: a construção de uma identidade nacional e a Comissão Mista Brasil - Portugal para o reconhecimento da Independência.**

**RESUMO:** Este trabalho sintetiza os primeiros resultados da pesquisa que venho realizando com as Atas da Comissão Mista Brasil – Portugal, formada a partir do Tratado de 25 de agosto de 1825 (reconhecimento a Independência), e com a correspondência trocada entre agentes diplomáticos dos dois países. Nesta documentação encontramos uma concentração massiva de reclamantes portugueses, na sua maioria comerciantes que tiveram seus bens seqüestrados nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Desta forma, dando prosseguimento aos nossos estudos sobre os problemas decorrentes da Independência, da formação da Nação e de uma certa identidade nacional, definindo-se quem era “brasileiro” ou “português, traçamos um primeiro perfil de quem eram esses “portugueses” que tiveram seus bens seqüestrados e das questões políticas em tela.